



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
FACULDADE DE ARQUIVOLOGIA**

MARTA INAURA PANTOJA PASSOS

OS ARQUIVOS E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

**BELÉM/PA
2017**

MARTA INAURA PANTOJA PASSOS

OS ARQUIVOS E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Trabalho apresentado à Universidade Federal do Pará, Faculdade de Arquivologia, para Conclusão do Curso de Arquivologia, para a obtenção de grau de arquivista.

Orientador: MSc. Gilberto G. Cândido

BELÉM-PA
2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas

P289a Passos, Marta Inaura Pantoja.
Os Arquivos e sua contribuição para a educação patrimonial /
Marta Inaura Pantoja Passos. — 2017
40 f. : il.; 30 cm.

Orientador: Gilberto G. Cândido
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) -
Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas,
Faculdade de Arquivologia, Belém, 2017.

1. Arquivos. 2. Educação – Aspectos sociais. 3. Patrimônio
Cultural. 4. Patrimônio Histórico. I. Cândido, Gilberto G., *orient.* II.
Título.

CDD: 22. ed. 025.171

MARTA INAURA PANTOJA PASSOS

ARQUIVOS E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A EDUCAÇÃO
PATRIMONIAL

Trabalho apresentado à Universidade Federal do Pará, Faculdade de Arquivologia, para Conclusão do Curso de Arquivologia, para a obtenção de grau de arquivista.

O Trabalho de Conclusão de Curso foi avaliado e aprovado em ___/___/___ para obtenção da Graduação de Bacharel em Arquivologia pela Universidade Federal do Para - UFPA.

Ms. Gilberto G. Cândido (Orientador)

Dr. Hamilton Vieira de Oliveira (examinador)

Ms. Renata Lira Furtado (examinadora)

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a Deus por ter concedido chegar ao fim de mais uma jornada, a minha família, ao meu orientador Gilberto Cândido pelo apoio e a minha amada filha Gabriela Passos que sempre esteve ao meu lado em todos os momentos e acreditou em meus sonhos e que sou capaz de realiza-los.

Obrigada

RESUMO

O trabalho propõe uma discussão do papel dos Arquivos como colaboradores da Educação Patrimonial nas Escolas e Universidades, visando contribuir para a formação de uma consciência de valorização e preservação do Patrimônio Cultural e Educacional e, dentro desse quadro, qual a participação e contribuição do profissional Arquivista, se está preparado para atuar nesse contexto, a posição dos órgãos responsáveis pela educação patrimonial no Brasil, como elaboram as metodologias a serem implantadas, a relação dos arquivos com esse órgão, as escolas, as universidades, e a sociedade como um todo e o que se está fazendo para acontecer a integração entre Arquivos escolas, universidades e os demais profissionais que atuam nessa área.

Palavras-chave: Arquivo, Arquivistas, educação patrimonial, IPHAN.

ABSTRACT

The work proposes a discussion of the role of the Archives as collaborators of Patrimonial Education in the Schools and Universities, aiming to contribute to the formation of an awareness of valuation and preservation of Cultural and Educational Heritage, and within this framework, what is the participation and contribution of the professional Archivist, if is prepared to work in this context, the position of the bodies responsible for heritage education in Brazil, how to elaborate the methodologies to be implemented, the relationship of archives with that body, schools, universities, and society as a whole and what is being done to make the integration between archives schools, universities and the other professionals who work in this area happens.

Keywords: Archives, archivists, educational heritage education, IPHAN.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 9 |
| 2. OS ARQUIVOS COMO PATRIMÔNIO CULTURAL..... | 12 |
| 2.1 LEIS PATRIMONIAIS NO ÂMBITO BRASILEIRO E ARQUIVOS | 15 |
| 2.2 ARQUIVO DOCUMENTAL/CULTURAL E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL | 19 |
| 3. A ATUAÇÃO DO ARQUIVISTA | 22 |
| 3.1 PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL-IPHAN E ARQUIVOS | 25 |
| CONSIDERAÇÕES..... | 36 |
| REFERÊNCIAS..... | 39 |

1 INTRODUÇÃO

Uma sociedade para evoluir, é necessário antes de tudo conhecer como a funciona as relações, para perceber os pontos falhos para corrigi-los, pois só assim, poderá pensar em construir um futuro.

Ao trazer tal temática para âmbito dos arquivos no que tange a Educação Patrimonial encontramos uma certa dificuldade de diálogo, uma vez que, muitos profissionais arquivistas têm como usuário mais frequente os pesquisadores e os acadêmicos e pouco alunos do ensino fundamental e médio.

Diante do exposto, podemos ressaltar que o arquivista a partir de suas atividades pode atuar também como agente mediador cultural entre o conteúdo do arquivo e as escolas para ser reconhecido também com um centro de cultura pela sociedade no qual está inserido.

Deste modo, é necessário que os arquivistas, além das suas atribuições, deve atuar na área da educação, através da Educação Patrimonial contribuindo para evolução da sociedade e ampliando o seu campo de atuação e conhecimento.

Desta forma, ao descrevermos sobre a atuação do arquivista no âmbito da *Educação Patrimonial*, que tem objetivo secundário elaborar projeto educativos, que são voltados para o uso e disseminação de valores culturais como forma de conscientização da necessidade de preservação e salvaguarda dos patrimônios, com intuito de construir uma consciência cidadã (HORTA, 2006).

Tal, atuação por meio do profissional arquivista se apresenta de forma tímida no âmbito social, ou muitas vezes nem chega a ocorrer, quando ocorre está direcionado ao ensino da História.

Percebe-se que é neste ponto que emana o **problema** desta pesquisa, o arquivista deve buscar métodos e conhecimento para ampliar a sua atuação na área da educação patrimonial, desenvolvendo metodologia pedagógica de divulgação do conteúdo do acervo para as escolas e universidades de forma atrativa para chamar atenção da importância e da influência que esse conteúdo pode ter na sociedade e para o cidadão.

Desta forma, mudar a imagem de que os arquivos são importantes mais para a História, mas sim pode ser utilizado por todas as ciências com o mesmo objetivo.

Desse modo, ao trazer essa problemática para o nosso estudo tem se como **objetivo geral:** apresentar a necessidade que se tem de desenvolver trabalhos que abarcam a educação patrimonial nos arquivos; bem como colaborar para educação patrimonial nas esferas sociais educacional e abordar o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN com um interlocutor da educação patrimonial.

Logo temos como **objetivos específicos:** demonstrar o diferencial que o arquivista pode fazer com a sua atuação profissional por meio da educação patrimonial, na elaboração materiais de divulgação para escolas públicas e privadas de ensino médio, fundamental e superior.

Para atingir tais objetivos, utilizamos das seguintes **metodologias:** análise bibliográfica que nos auxilia no levantamento teórico sobre a temática elegida, a descritiva que nos permite compreender o fenômeno pesquisado, exploratória que nos possibilita explicar sobre a temática em foco, e qualitativa que dispõem o aprofundamento do estudo.

Posto isto, temos como **justificativa** buscar enfatizar a importância do trabalho de colaboração entre os arquivistas e os educadores com a finalidade de utilizar os documentos arquivístico como material didático para dentro e fora de sala de aula, e ao mesmo tempo mostrar a importância dos Arquivos, ao despertar a atenção para o seu acervo como patrimônio documental e cultural, e o mesmo deve ser utilizado nas escolas pelos educadores como parte do material de ensino, de forma multidisciplinar atendendo o que determina os Parâmetros Curriculares Nacionais-PCN e cumprindo o seu papel com a Educação Patrimonial.

Logo, os capítulos se estruturaram da seguinte forma: No primeiro capítulo, *Os arquivos como patrimônio cultural*, trata da necessidade e importância do reconhecimento do arquivo como patrimônio cultural e que os documentos do seu acervo devem ser considerados objetos de estudo e pesquisa com a finalidade de contribuir para a educação patrimonial nas escolas e universidades, na formação como cidadão como agente de preservação atuante e conhecedor de seus direitos e deveres para com a sociedade.

No segundo capítulo, *As Leis Patrimoniais no Âmbito Brasileiro*, trata-se de um breve levantamento sobre o que a lei brasileira dispõe sobre a educação patrimonial e os arquivos.

No terceiro capítulo *Educação Patrimonial (Arquivo)*, ressaltar a importância dos arquivos que são responsáveis pelo patrimônio documental que é também cultural e por esse motivo é importante incluir no programa de educação patrimonial nas escolas e universidades como forma de conscientização da preservação e prova da legalidade dos fatos, chamando a atenção para a existência dos diversos tipos de arquivos que podem ser utilizados na educação patrimonial.

No quarto capítulo *Atuação do Arquivista* fala sobre o trabalho do arquivista e com poder ser a sua atuação em relação da educação patrimonial nos arquivos.

No quinto capítulo *Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN e Arquivo*, trata-se do órgão responsável pela educação Patrimonial Educacional no Brasil e como o é a sua atuação nesse campo e o tratamento que é dado aos arquivos dentro do contexto da educação.

2. OS ARQUIVOS COMO PATRIMÔNIO CULTURAL

De acordo com Ivana D.P. (2013) em seu artigo Educação Patrimonial nos Arquivos brasileiros: algumas experiências e perspectivas: afirma que:

Quando se lida com os documentos dos arquivos permanentes/históricos públicos, lida-se com acervos, que são por excelência, patrimônio documental, parte constitutiva do patrimônio cultural de um país (p.125).

Nomear os documentos dos arquivos como material também de Educação Patrimonial é importante, pois o cidadão a partir do conhecimento do conteúdo dos mesmos vai entender que arquivo não é um “órgão morto”, nem depósito de coisas inúteis, ou depósito de coisas que perderam sua utilidade, ao contrário é fonte de conhecimento.

Mas, o que é um Arquivo? Segundo a Lei nº 8.159/91 (sem paginação) dispõem que arquivo:

“São conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos”.

Desta forma, quando falamos em Educação Patrimonial nos Arquivos, dentro da arquivística brasileira constata-se que é uma temática pouco trabalhada por arquivistas de formação, pois ainda há uma relutância por partes dos Arquivistas de se envolver nessa área.

Uma vez que, o graduado em Arquivologia se forma Bacharel em Arquivologia, não faz parte da grade curricular as disciplinas de licenciatura com direcionamento desse profissional nesse sentido, o que é importante, pois a linguagem utilizada com os alunos do nível fundamental e médio é diferente da linguagem utilizada com acadêmicos e pesquisadores.

A educação patrimonial em arquivos não é ainda uma tradição dentro da arquivística brasileira. Poucos autores na área da arquivística

discorrem sobre esse conceito e defendem esta prática secundária (FRATINI,2009, p.02)

Quando buscamos informações sobre o como e o que está sendo feito nesse sentido, encontramos pouco material produzido por arquivistas (graduados como Bacharel em Arquivologia), a maioria dos autores são de formação em Licenciatura e bacharelado em História, ou em Biblioteconomia ou Museólogos, com mestrado e doutorado em sua área e com especialização em Arquivologia.

Não há arquivistas (bacharéis) desenvolvendo essa temática em sua área, esta relação de como fazer essa interação entre os documentos de arquivo junto as escolas e universidades, bem como utiliza-los em sala de aula de forma multidisciplinar pelos educadores, como afirma BELLOTTO (2006)

“A educação patrimonial em arquivos precisa ser mais explorada, e assim ganhar mais espaço e se tornar mais frequente nos arquivos brasileiros[...] o desenvolvimento de laços entre os arquivos e a educação [...] depende do reconhecimento do verdadeiro valor dos arquivos como fonte educativa” (p. 230 - 231).

Acrescenta-se também que os artigos encontrados a respeito da Educação Patrimonial, são produzidos por Museólogos, Historiadores, Bibliotecários ou por profissionais da área de Turismo, sempre focando sua pesquisa na sua área de atuação e formação, e os arquivos são citados de forma indireta como fonte de material para a pesquisa da História, sendo a Bellotto (que é Doutora em História e Especialista em Arquivos e Especializada em Organização de Arquivos), quem chama a atenção da necessidade de mudar essa situação, e por isso é citada na maioria dos artigos.

No que diz respeito a assistência educativa, o papel dos arquivos tem sido pouco explorado no Brasil, “[...] nos modernos métodos didáticos não foram incluídos os usos possíveis da documentação de arquivo. A abertura dos arquivos a um novo público (o escolar, o dos alunos do ensino fundamental e médio) pode propiciar benefícios didáticos surpreendentes. [...] a atividade educativa é inerente aos arquivos públicos, mas aflora circunstancialmente” (BELLOTTO, 2006, p.230 - 231)

Porém, para ser possível tornar realidade essa prática, é necessário uma adequação do profissional arquivista, pois está mais habituado a trabalhar para

atender as necessidades administrativas, e com acadêmicos e pesquisadores da área de ciências humanas, principalmente da área da História.

Para haver mudanças é necessário trabalhar com os educadores do ensino fundamental e médio, é importante fazer este profissional olhar os arquivos como fonte de informação e de material didático para suas aulas, o que significa adequar para a linguagem mais adequada de ser entendido por esses alunos.

Em relação ao nível superior os arquivos são mais utilizados como fonte de pesquisa para os trabalhos de conclusão de curso - TCC e Monografia pelos estudantes universitários das áreas de ciências humanas, e pouco visto por essa ótica nas outras ciências.

Porém existe arquivos de mapas topográficos, de plantas de prédios históricos que os estudantes da área de exata, como arquitetura e engenharia elétrica, engenharia civil ou sanitária que devem usar em projetos de pesquisa para artigos visando publicações ou apresentar em simpósios, ou para divulgação da necessidade de preservação ou de métodos de preservação dos mesmos.

Também deve criar novos projetos a partir dos já existentes ou reestruturar ou corrigir falhas detectadas nos mesmos, utilizado como fonte de pesquisa ao longo de todo curso no desenvolvimento de artigos científicos; dissertações e teses, para a publicação e apresentação em congressos e simpósios, ou produção de novas técnicas ou aperfeiçoamento de técnicas já existente.

Dessa forma estamos preparando e incentivando o educando a se familiarizar cada vez mais com as técnicas de pesquisa, e como consequência teríamos trabalhos científicos mais bem elaborados e um crescimento da produção científica feitas nas instituições.

Mas para se tornar uma prática nas escolas e universidades torna-se necessário a interação entre Educadores, Arquivistas e pedagogos para desenvolver projetos que venha a atender as necessidades da disciplina a ser ministrada, seja no arquivo (que seria o ideal) ou na escola, devem buscar as técnicas mais adequadas para o educando se familiarizar com os documentos do arquivo e como manuseá-los.

As escolas, por sua vez, devem buscar através da Secretaria de Educação que sejam feitos convênios com os arquivos para utilização dos espaços e acervos dos mesmos para desenvolver um projeto didático pedagógico de Educação

Patrimonial para as mesmas de acordo com o nível educacional dos alunos e a disciplina a ser ministrada.

O Arquivo deve desenvolver projetos educacionais para que seja conhecido e reconhecido pela sociedade a que pertence, apresentar o conteúdo do seu acervo, mostrando o que há de interessante e através dos documentos como se estruturou e se formou a sociedade local e como esses documentos dos arquivos podem e devem ser usados para defender os seus direitos e interesse particulares ou coletivos. Isso é possível a partir do entendimento de que, segundo HORTA (2013):

“a metodologia da educação patrimonial pode ser um instrumento valioso para o trabalho pedagógico dentro e fora da escola. Para alcançar a multiplicação das ideias e conceitos propostos neste campo da Educação baseada no Patrimônio Cultural é importante que se faça um treinamento com os agentes que irão desenvolver este trabalho nas escolas. Esses treinamentos podem ser feitos através de oficinas de educação Patrimonial, que levarão os participantes a experimentar diretamente a metodologia de trabalho proposta podendo assim avaliar a sua eficiência e potencialidade” (p.01).

Esse treinamento é fundamental, pois o profissional tem de estar preparado para lidar com os três níveis de ensino, fundamental, médio e superior, pois todos tem necessidades, vocabulários (termos técnicos), ponto de vista, linguagens diferenciadas, assim como as disciplinas e cursos tem objetos de pesquisa direcionados a suas áreas de atuação e ponto de vista diferente de acordo com sua área de atuação.

2.1 LEIS PATRIMONIAIS NO ÂMBITO BRASILEIRO E ARQUIVOS

No Brasil desde 1988, em sua Constituição, trata do patrimônio cultural, sua importância para a sociedade brasileira, propiciou uma maior valorização e reconhecimento do patrimônio brasileiro, atribuindo novos significados ao mesmo.

Na constituição brasileira (Palácio do Planalto, sem paginação) em seu Artigo 215 afirma: O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso as fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de cultura
I-Defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro[...]

- II- Produção, promoção E difusão de bens culturais
- III- **Formação de pessoal, qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões** (grifo nosso)
- IV- Democratização do acesso aos bens da cultura
- V- Valorização da diversidade étnica e regional

O Artigo 216 da constituição (Palácio do Planalto, sem paginação) trata: Constituem Patrimônio Cultural Brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, a ação, a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: [...]

- IV- As obras, objetos, **documentos**, edificações e demais espaços destinados às manifestações artísticas culturais
- §1º O poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio Cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. (Grifo nosso)

De modo a complementar, a Lei 8.159, de 08 de janeiro de 1991(Palácio do Planalto, sem paginação), estabelece:

- Capítulo I, Artigo 5º. A administração pública franquiará consulta aos documentos públicos na forma da lei.
- Capítulo II dos arquivos públicos
- § 3º Consideram-se permanentes os conjuntos de documentos de valor histórico, probatório e informativo que devem ser definitivamente preservados.
- Art. 10º** Os documentos de valor permanente são inalienáveis e imprescritíveis.
- No Capítulo III, No Artigo 12º Os arquivos privados podem ser identificados pelo poder público social, desde que sejam considerados como conjunto de fontes relevantes para a história e desenvolvimento científico nacional.

Os documentos de arquivos possuem uma legislação própria que visa a guarda, preservação dos documentos do acervo arquivístico que registram memórias e ao mesmo tempo cumprir com seu papel e informar.

Essas leis estimulam as escolas, as universidades a ver os arquivos e seu acervo com um olhar diferente, e estimulam seu interesse pelo arquivo”.

Baseado nas leis que estabelecem a necessidade da educação patrimonial como processo de conscientização da importância de preservação dos bens patrimoniais por parte do cidadão, da sua necessidade de conhecer a história da

sociedade a que pertence, dessa forma ser capaz de identificar o patrimônio cultural da mesma e entender a necessidade da preservação desse patrimônio, e a educação cumprir com o seu papel nesse processo.

Para levar a educação patrimonial para as escolas e universidades é necessário fazer um trabalho em conjunto com o Ministério da Educação (MEC), assim, ao acessarmos o Portal do MEC, **professores/diretores** que é um espaço para troca de experiências e informações entre professores do ensino fundamental e médio de todo país. É um ambiente virtual com recursos educacionais que facilitam o trabalho dos professores, (site do MEC sem paginação), não encontramos nada referente a educação patrimonial em arquivos.

Porém, quando se tenta acessar não tem informação pois estão desatualizados, e não tem uma estatística de se é e quantas vezes e acessado, não há feedback para termos parâmetros de como está sendo utilizado, ou quem mas acessa, ou seja não cumpri com a finalidade para qual foi criado, e não cumpri com as determinações do próprio MEC.

O conteúdo do portal deveria incluir sugestões de aulas de acordo com o currículo de cada disciplina e cursos como vídeos, fotos, mapa, áudio e textos (material que pode ser encontrados nos arquivos).

Nele o professor poderá preparar a aula, ficará informado sobre cursos de capacitação oferecidos em municípios e estudos na área federal e sobre a legislação específica, porém não é utilizado e está desatualizado.

A lei 9.394/96 diretrizes e base da educação em seu Artigo 10º:

III- Elaborar e executar políticas e planos educacionais em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e de seus municípios.

No Título IV- Da organização da educação Nacional, Artigo 9º

I-Elaborar o Plano Nacional de Educação em colaboração com os Estados, Distrito Federal e o Município.

No Capítulo II Da Educação Básica, seção I, Das disposições gerais, o Artigo 22 A Educação Básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegura-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meio para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

No Artigo 27 Os conteúdos curriculares da educação básica.

I-A difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e a ordem democrática.

Por outro lado, os sites que deveriam ser constantemente atualizados visando a atender aos professores, principalmente nos municípios dos interiores mais afastados dos grandes centros, são desatualizados e limitados não sendo de grande ajuda e não cumprindo com o que determina a legislação.

Porém não basta criar leis e decretos se as instituições responsáveis são desarticuladas e não conseguem cumprir com o seu papel, e não dá a assistência como deveria, e há um comodismo dos educadores de não cobrar das instituições responsáveis que cumpra com a sua parte no processo de educação patrimonial.

O IPHAN que deveria incentivar e fiscalizar estas ações educativas como forma de fortalecer e aprimorar o conhecimento a respeito do patrimônio cultural e que a partir de 2011 deveria pôr em prática a Educação Patrimonial, através da série de Cadernos temáticos, não atualiza o próprio site e não faz uma revisão no sentido de aprimorar e buscar novas fontes, acompanhando a evolução da sociedade.

Apesar de ter publicado quatro cadernos com a finalidade de serem usados como parâmetros, o caderno intitulado “Educação Patrimonial: Diálogo entre Escola, Museu e Cidade” (não menciona os arquivos). Neste número, o Caderno Temático traz experiências educativas também do estado do Pará (**O Patrimônio cultural em Sala de Aula: abordagens interdisciplinares nos municípios paraenses**) entre outros, numa tentativa de abrangência de um panorama nacional rico de informações, numa tentativa de ações de educação patrimonial como interação entre escola, museu e sociedade, deixou de fora os arquivos.

No inventário do patrimônio Cultural do estado do Pará 16 categorias de análise, que apresentamos ao grupo na forma de cartazes exibidos na parede, lemos juntos os conceitos e esclarecemos dúvidas, pedimos aos participantes que cite o que conseguem se lembrar da sua cidade. As categorias de análise são: **Arquivos**, Artes Cênicas, Azulejos, Bens móveis, Bibliotecas, Celebrações e Formas de Expressão (ritos, festas religiosas, etc.), Cemitérios, comunidades Tradicionais, Espaços Culturais, Literatura, Monumentos, Música, Bens Naturais, saberes e Fazeres Tesouros Humanos (COSTA,2015, p.10).

Apesar de citado, os arquivos não foram a opção da pesquisa sobre O Patrimônio Cultural em Sala de Aula: abordagens interdisciplinares nos municípios paraense de Sabrina Campos Costa, publicado pelo IPHAN, talvez por não possuir nenhum arquivista na equipe de criação dos cadernos, nem nas atividades

sugeridas na área de Educação Patrimonial, segundo FRATINI (2009) seria de suma importância na preservação do arquivo.

“As atividades na área da educação patrimonial auxiliariam na preservação do arquivo e, conseqüentemente, modificariam a concepção predominante que se tem dele e de seus documentos [...] Essas atividades contribuiriam diretamente para a formação de cidadãos conscientes da importância e da representatividade de um arquivo para um indivíduo e para uma sociedade, em termos políticos, jurídicos, históricos, culturais etc.”(FRATINI,2009, p5).

Os arquivos são instituições que tem como função guardar e preservar documentações que são o registro da memória da sociedade e ao mesmo tempo prova documental dos fatos históricos preservados em seu acervo, por esse motivo são o patrimônio documental da sociedade, e é parte da memória da mesma que explica e em alguns casos justifica a situação sócio-político-econômica da sociedade dando ao cidadão a noção do atual contexto que vive e como chegou a esse ponto.

Conhecer os arquivos é tornar-se consciente da sua própria realidade social, logo a necessidade de incluir os arquivos como instrumento de estudo da educação patrimonial como objeto de conscientização da necessidade de preservação e salvaguarda dos patrimônios culturais.

2.2 ARQUIVO DOCUMENTAL/CULTURAL E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Quando buscamos entender o significado de cultura, patrimônio e educação, percebemos que, em relação aos arquivos, não é possível trabalharmos esses conceitos separadamente, principalmente quando se trata de transformar o conteúdo do acervo em material didático visando a Educação Patrimonial.

O que é então Educação Patrimonial? é elaborar projetos educativos voltados para a disseminação de valores culturais, formas e mecanismos de resgate, preservação e salvaguarda, assim como para a recriação e transmissão desse patrimônio às gerações futuras é, sobretudo, um projeto de formação de cidadãos livres, autônomos (HORTA, 2006, p.06).

Segundo Horta (1999) no seu Guia Básico de Educação Patrimonial:

É um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao educando fazer a leitura do mundo que rodeia, levando-o à com do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido (p.04)

Então qual a relação da Educação Patrimonial com os Arquivos?

Essa relação entre Educação Patrimonial e os Arquivos é fundamental, pois os documentos de arquivo são patrimônio documental e cultural, logo deve ser utilizado como objeto de estudo e pesquisa.

Além disso os Arquivos possuem a incumbência de guardar e preservar documentos que registram memórias preservadas registradas nas documentações que o Arquivo conserva em seu acervo.

Tem como finalidade o incentivo a preservação desse patrimônio cultural, pois é no arquivo que estão as provas documentais que torna legalmente os monumentos e prédios tombados como patrimônio e por isso esses documentos são tão importantes e devem ser considerados patrimônio documental/cultural e devem ser utilizados como material didático, não como prova apenas da história, mas para ser utilizado por qualquer outra ciência como fonte de pesquisa e conhecimento.

Desse modo, é através desses documentos que podemos mostrar e fazer o aluno/cidadão entender a importância dos mesmos, pois quando se fala em educação patrimonial direciona-se principalmente aos Museus e a Arquiteturas dos prédios do período da criação das cidades, monumentos e a cultura de maneira geral, não se menciona os documentos que são objetos de prova e que os mesmos são patrimônios. No guia Horta (1999), afirma que:

a metodologia específica da Educação Patrimonial pode ser aplicada a **qualquer evidência material ou manifestação da cultura**, seja objeto ou conjunto de bens, um monumento ou um sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural, um parque ou uma área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade da área rural, uma manifestação popular de caráter folclórico ou ritual, um processo de produção industrial ou artesanal, tecnologias e saberes populares, e qualquer outra expressão resultante da relação entre os indivíduos e seu meio ambiente(p.04,grifo nosso).

Porém, os arquivos não são mencionados na elaboração do projeto de educação patrimonial, é ignorado que existem arquivos de suportes variados, que podem ser usados de formas diversas por uma ótica diferenciada e é o que os torna interessante e únicos como fonte de informações para pesquisa, seja para trabalhos

escolares ou acadêmicos ou simples curiosidade, ou como objeto de prova e que no próprio arquivo pode ser organizado eventos, tais como: exposições de filmes, de fotografias e mapas, jornais de época, e visitas programadas para ver e entender como funciona e qual a finalidade dos documentos de arquivo. Desse modo:

O Patrimônio Cultural Brasileiro no processo educativo, em qualquer área de ensino/aprendizagem tem como objetivo levar os alunos a utilizarem suas capacidades intelectuais para a aquisição de conceitos e habilidades [...] para o uso em sua vida diária e no próprio processo educacional [...] que despertem nos alunos o interesse em resolver questões significativas para sua própria vida, pessoal e coletiva (HORTA,1999, p.06).

Os arquivos correspondem aos requisitos de instrumento de Educação Patrimonial, assim como os museus os arquivos podem utilizar seu espaço para visitas pelos alunos seja para consulta ou visitar exposições é fundamental, pois tem a finalidade de chamar a atenção para a importância de preservá-los, pois a partir do conhecimento do conteúdo do acervo, será capaz de compreender como se estruturou a sociedade local a partir do entendimento do comportamento da social de uma determinada época baseando-se nos valores, de crenças e de superstições, nos permitindo assim compreender a sua postura e o que a influenciou, seu comportamento e suas decisões .

Somado a isso, podemos mostrar como se relaciona a história da sociedade local com a nacional e internacional, as influências na cultura e no comportamento social, devido as mudanças no modo de pensar dessa sociedade através dos documentos de arquivos.

3. A ATUAÇÃO DO ARQUIVISTA

O profissional Arquivistas tem a função de organizar o acervo do arquivo, isso inclui higienização, identificação, classificação, ordenação de acordo com as normas do Conselho Nacional de Arquivos-CONARQ, e por ser o profissional que conhece o arquivo e as leis que o regem, e o mais qualificado para trabalhar e orientar os educadores, acadêmicos e pesquisadores em relação ao conteúdo do arquivo.

Porém, devemos citar a necessidade de trabalhar em conjunto com os pedagogos para adequar a linguagem dos conteúdos a cada nível de educação e aperfeiçoar as técnicas de trabalho com esse público alvo, importante para a divulgação do acervo.

São nos arquivos das instituições públicas que estão os processos legais (autorizações das obras, quem foi o responsável, o motivo da escolha do estilo, os documentos que justificam legalmente o tema de um monumento, custos e orçamento) pelo qual passou a construção um prédio histórico, e também onde ficam guardados os documentos das obras públicas mais atuais, o que torna os mesmos um centro de informação para a sociedade, e por isso devem ser divulgados para aproximar os arquivos do seu público alvo e de seu objetivo de informar, educar e dar acesso ao maior número possível de pessoas e aumentar o número de usuários.

Do mesmo modo, há necessidade dos arquivistas de mostrar a seus gestores a importância de se criar espaços nos arquivos para ministrar cursos de orientação para os professores, onde pode ser trabalhado junto a esses profissionais, com utilizar os documentos de arquivos como instrumentos que venham a viabilizar o aprendizado do aluno e maior integração escola /arquivo para alcançar o objetivo da educação patrimonial.

Além disso é também papel do Arquivista apresentar o Arquivo a sociedade e criar instrumentos como eventos comemorativos e exposições que torne possível e atraente aos olhos do alunos e professores e conscientizar da importância do arquivo para a vida dos mesmos, e como pode utilizar o acervo para defender seus direitos individuais e coletivos, e desenvolver o interesse da sociedade pelo conteúdo do acervo, seja apenas por interesse pessoal ou profissional, cumprindo com seu papel social, como afirma Bellotto (2006,p.227):

“O papel secundário dos arquivos, é a que melhor pode desenhar os seus contornos sociais, dando-lhes projeção na comunidade, trazendo-lhe a necessária dimensão popular e cultural que reforça e mantém o seu objetivo primário. Trata-se de seus serviços editoriais, difusão cultural e de assistência educativa”.

Além disso, queremos ressaltar a necessidade da participação do Arquivista no processo, a partir da organização do acervo dentro das normas, e essa reestruturação vai contribuir para o acesso de forma mais rápida e eficiente na busca pela informação e documentos solicitados pelo educador/educando/usuário, onde o arquivista será o profissional que tornará possível o acesso ao conteúdo do acervo pelos educadores respeitando e controlando o acesso aos documentos (sigilosos).

Essa estruturação dentro das normas do CONARQ é fundamental para evitar o caos e a perda do documento no universo do arquivo o que descaracterizaria o mesmo. Uma vez feita essa estruturação, mostrar aos gestores da instituição a necessidade de digitalizar (se possível pelo método híbrido), para preservação dos documentos originais e ao mesmo tempo poder disponibilizar à pesquisa para um público maior e em locais mais distantes, num país continente como o Brasil, atingindo um número maior de usuários. Como a própria HORTA (1999.p.05) afirma no seu guia:

[...] “o Brasil é um país pluricultural que deve esta característica ao conjunto de etnias que o formam e à extensão do seu território[...] com diversidades culturais regionais, contribuem para a formação da identidade do cidadão brasileiro, incorporando-se ao processo de formação do indivíduo, e permitindo-lhe reconhecer o passado, compreender o presente e agir sobre ele”.

Nos grandes centros há uma carência de informação, e quando pensamos no aluno e no professor que estão no interior essa carência é infinitamente maior e pode ser amenizada através da internet, como afirma Bellotto (2006, p.229): *“Quanto às exposições de documentos, elas podem adquirir novas formas, tornando-se algo atraente e rentável em termos de divulgação de arquivo”*

Dessa maneira, uma vez organizados e digitalizados, cabe ao arquivista buscar formas de divulgação, não só criar catálogos, mas criar site de divulgação para o conteúdo do acervo disponibilizando para pesquisa a distância uma parte de forma gratuita e os documentos mais raros disponibilizar através de cobrança de

taxas de baixo valor como forma de arrecadar fundos para a manutenção do mesmo, bem como estabelecer as regras de como e quem pode ter acesso aos documentos sigilosos.

Dessa forma, além de atender aos educadores que não podem trazer seus alunos até os arquivos, pois se encontram em localidades diferentes, os educadores através desse site levam o conteúdo as escolas e núcleos universitários mais distantes e aos alunos de cursos online, disponibiliza a toda sociedade brasileira em qualquer parte do país e do mundo essas informações.

Cabe ao arquivista também no site da instituição criar manuais digitais direcionados aos estudantes de como pesquisar nos arquivos, para os professores manuais de como utilizar o acervo como material didático para as escolas e a quem o educador pode recorrer para ter orientações de como fazer uso desse conteúdo e as vantagens e importância de trabalhar com os mesmos.

pensar e formular ações criativas capazes de transformar a relação entre os indivíduos e os arquivos[...] os recursos tecnológicos podem fornecer soluções inovadoras para as atividades educativas (FRATINI ,2009, p.06).

Somado a isso, a partir diálogos com os educadores para colaborar na construção de metodologia que melhor se adequar a pesquisa dos documentos solicitados pelos educadores e educando da qual poderão ser criados cartilhas, circuito de palestras, vídeos (documentário) e visitas programadas, dinâmicas de grupo (gincanas peças teatrais, feiras culturais, etc.), seminários ou criação de roteiros de pesquisa e palestras para alunos, sempre fazendo uma seleção previa dos documentos que podem ser utilizados.

Mas, é importante que os arquivos venham a fazer um trabalho de divulgação na imprensa (jornais e, rádio e televisão) de seu acervo como Bellotto (2006) afirma, e usar a internet (redes sociais), também deve criar equipes itinerantes para levar nas escolas/universidades as propostas metodológicas, se disponibilizar a fazer um trabalho integrado com os professores, inclusive com a oferta de certificados de qualificação para os educadores ofertados pelas Secretarias de Educação Estadual e Municipal.

A repercussão de uma exposição na imprensa escrita e falada é fator de disseminação da ideia de arquivo: seu alcance é muito grande.

Não importa que seja mínima a parcela da comunidade que realmente veja o material exposto. O primeiro passo é que o arquivo seja reconhecido, faça parte do cotidiano da leitura dos jornais: um dia o cidadão aparece, por curiosidade ou por outro motivo qualquer. (BELLOTTO,2006, p.229)

Por sua vez os arquivos devem criar propostas que atraia educandos e educadores, através das redes sociais como forma de divulgação e atrair a atenção desse público alvo, pois só assim os mesmos terão conhecimento de sua existência e do que trata, que tipo de documento vai encontrar nesse arquivo, dessa forma vai atrair um público cada vez maior e manter essas redes atualizadas.

De fato, a escola é um bom ponto de partida para divulgação, pois com conhecimento adquirido pelos alunos, os mesmos serão agentes multiplicadores da informação para a população, esse público também passará adiante a informação que obteve, como e onde, tornando o arquivo cada vez mais conhecido do público.

3.1 PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL-IPHAN E ARQUIVOS

Quando falamos em Educação Patrimonial em um primeiro momento temos que nos reportar a quem cabe essa função, no Brasil essa tarefa cabe ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN, com 80 anos em atividade, criado em 13 de janeiro de 1937, por meio da Lei 378, assinada por Getúlio Vargas.

O IPHAN é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura e responde pela preservação do patrimônio cultural brasileiro e pela Educação Patrimonial desenvolvida nas escolas e universidades, através das Superintendências tem o compromisso de desenvolver meios de levar ao conhecimento da sociedade onde encontrar e como pode utilizar esse patrimônio.

Cabe ao IPHAN proteger e promover os bens culturais do país, assegurando a sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras (BRASIL, 2017b)

Segundo o IPHAN, educação patrimonial é a peça fundamental para preservação do patrimônio, à medida que só se preserva o que se conhece, e através da educação patrimonial é que se vai despertar no cidadão o desejo de preservar.

O IPHAN em seu site mostra que é possível através de programas e parcerias com as escolas e educadores, despertar a consciência do cidadão em relação de sua responsabilidade de preservar esse patrimônio cultural e ao mesmo tempo dar a sociedade conhecimento sobre como a mesma se estruturou e se formou.

A partir dessa tomada de consciência poderá entender como é importante o trabalho de preservação dos arquivos e através do mesmo se transformar em um agente de preservação desse patrimônio que também lhe pertence, e a partir dessa conscientização, se necessitar das mesmas terá noção de onde começar a buscar a informação que necessita e utiliza-lo para defender seus direitos particulares ou coletivo

E sob esse ponto de vista quanto mais uma comunidade conhecer e se apropriar de sua história e de seus bens culturais, mais ela será agente de preservação e conservação desses bens (sejam materiais ou imateriais), (HORTA, 2013, p1).

Ao se colocar em prática essa teoria não apenas torna a comunidade consciente de sua origem e história, como também é uma forma de divulgação do trabalho desenvolvido pelas Fundações Culturais e o do próprio IPHAN que buscam mostrar a sociedade a importância de preservar os patrimônios culturais e a memória.

O IPHAN, através de suas superintendências, deve dar as orientações as instituições e suporte técnico a quem solicitar seus serviços principalmente as escolas e universidades no desenvolvimento de projetos de Educação Patrimonial.

Sendo assim, há a necessidade dos profissionais (educadores, arquivistas, museólogos, historiadores, etc.) que atuam nessa área, estarem qualificados para desenvolver seus trabalhos de acordo com o que é proposto pelo IPHAN em relação a educação patrimonial e cumprir com o seu papel no processo de conscientização da importância de preservar.

Deste modo, no site do IPHAN, quando buscamos informação sobre Patrimônio cultural /Educação Patrimonial, encontramos **Ações e projetos, Casa do Patrimônio, publicações e Textos e Artigos**, esse material publicado pelo IPHAN é direcionados a educação patrimonial, porém todos tomam por base os museus, arquitetura do centro histórico das cidades, monumentos e artesanato, os arquivos não são citados.

Além disso, é papel do IPHAN desenvolver projetos junto com as Secretarias de Educação Estadual e Municipal, fundações e instituições para criar metodologias e dar treinamento aos educadores, oferecer oficinas de Educação Patrimonial material e imaterial, para o ensino fundamental, médio e superior de acordo com a área de atuação do educador que procura orientação e qualificação.

Desta forma, Horta (2013) em seu caderno no site do IPHAN intitulado PGM5-A Multiplicação do Método, chama a atenção para a necessidade de trabalhar conceitos de cultura, bens culturais, patrimônio material e imaterial, assim como os princípios que fundamentam a metodologia da Educação Patrimonial.

Propondo assim, o “**aprender fazendo**”, onde o educador possa aprender a partir do ponto de vista do educando, através da observação, dessa forma vai o educador perceber os pontos falhos da metodologia que está sendo usada e entender as dificuldades encontradas pelos alunos.

Assim será possível planejar a melhor forma de conduzir o aluno a buscar o conhecimento sobre o patrimônio cultural de sua região, conhecer os bens culturais de sua comunidade, e assim criar vínculo com a cultura da região, e a partir dessa conscientização aprender a valorizar a cultura nacional e passa a ser um agente de divulgação e preservação dessa cultura.

Chama a atenção para o trabalho de campo a partir da utilização dos bens culturais locais, que devem ser previamente selecionados: edifícios e espaços públicos, privados, ou religiosos, casas antigas e modernas, museus e coleções, manifestações artísticas, cultos religiosos, saberes e festas populares, produções artesanais, etc., aplicando a metodologia específica de trabalho, Horta (2013).

Posto isto, o IPHAN com a intenção de estruturar e tornar uma prática na educação fez em Pirenópolis no período de 30 de novembro a 03 de dezembro de 2004 realizou-se uma reunião técnica de Educação Patrimonial com a finalidade de discutir o uso da educação patrimonial nas escolas que possuía como objetivo entre outros:

[...] reforçar os laços dos indivíduos com seus referenciais de memória e identidade coletiva e reconhecer as diversidades culturais, promovendo a coexistência democrática, a partir do combate à discriminação e hierarquizações culturais (Artigo da Reunião Técnica Patrimonial-Documento Final, 2004, p.01e 02)

Para alcançar esses objetivos era necessário, entre outras coisas, reconhecer a educação patrimonial como ação e estratégica da Política Institucional, bem como consolidar uma rede de informação/comunicação interna e externa sobre Educação Patrimonial e articular parcerias com vários ministérios, com ênfase no da Educação, com as universidades públicas e privadas, Secretarias de Educação estaduais e municipais; fundações, instituições e organizações, visando a compartilhar ações de Educação Patrimonial.

Para a implantação de uma política na área da Educação Patrimonial o IPHAN considerou necessário três pontos que são base para estruturar essa política:

-
- Distinguir as ações de caráter eventual e permanente;
 - Identificar e contemplar os diferentes públicos e usuários;
 - Adequar os procedimentos, linguagens e técnicas às diversas naturezas dos bens patrimoniais e em interação com os diversos público
-

Desse modo a partir desses pontos o IPHAN apresenta o Patrimônio Cultural como um todo que envolve tudo que faz parte da manifestação popular da sociedade, porém quando se trata de informar quais as instituições custodiadoras desses documentos patrimoniais cita principalmente os museus e a arquitetura do centro histórico das cidades, os arquivos não são mencionados.

A equipe composta pelo IPHAN não havia Arquivistas, era composta por museólogos e historiadores que deixaram de considerar todos os agentes que podem atuar e colaborar para o crescimento e aprimorar a educação patrimonial nas escolas e universidades

Na *reunião Técnica de Pirenópolis em 30 de novembro a 03 de dezembro de 2004*, foram constituídos três grupos permanentes de trabalho de acordo com os objetivos de cada grupo, nos quais podemos afirmar que os arquivos se encaixam perfeitamente como instituição que pode colaborar para a educação patrimonial em todos os ramos da educação, pois os diversos tipos de arquivos possuem material documental para desenvolver trabalhos em todos os níveis da educação. Na reunião de Pirenópolis ficou determinado três grupos permanentes de trabalho e seus objetivos são:

Documentação sobre Educação Patrimonial- objetivo: identificar, coletar, organizar e definir pela “rede”, publicações, artigos, trabalhos, teses etc. sobre educação patrimonial.

Levantamento qualitativo das ações de Educação Patrimonial- objetivo: Identificar e divulgar pela “rede” ações de educação patrimonial levadas a efeito pelo IPHAN e por outras organizações da sociedade.

Organização do Encontro Nacional da Educação Patrimonial em 2005- objetivo: Propor o modelo do encontro nacional e buscar a sua viabilização com a participação de pessoas e instituições que possam contribuir no discurso de diretrizes para uma política institucional de ações educativas.

Esses objetivos tomam por base o princípio fundamental: que “ O aluno e a escola possuem saberes, a educação patrimonial deve construir o conhecimento a partir da experiência dos alunos; a ação do professor deve partir dos contextos locais e relacionar com as culturas regionais, nacional e mundial”(*Documento de do grupo e trabalho de educação patrimonial de S. Cristóvão-setembro de 2005*).

Tais princípios foram estabelecidos no Encontro Nacional de Educação Patrimonial de São Cristóvão/SE em setembro de 2005, cujo a temática era: “ Cultura e patrimônio, história cultural brasileira e de seus formadores, história local, questões da globalização, bens culturais, memória e identidade, ambiente, família, sabres e fazeres” (São Cristóvão/SE de 12/9 a 17/9/2005)

Tomando por base esses saberes a Educação patrimonial não é uma matéria ou disciplina; é um campo de estudos, pesquisas e debates, transversal às diferentes disciplinas para estimular atitudes de valorização do patrimônio cultural, porém na prática, apesar de falar em “diferentes disciplinas” a educação Patrimonial acaba sendo direcionada como objeto de estudo da História.

Além disso, no site do IPHAN Horta (2004, p.01) fala da importância da Multiplicação do Método-Oficinas de Formação de Professores, porém sempre direcionado as escolas, ficando as universidades de fora do discurso, não fazendo referência aos cursos de graduação de como a Educação Patrimonial pode ser utilizada.

Não há uma proposta concreta por parte do IPHAN de fazer junto as Universidades (apesar de fazer parte de seus objetivos) um trabalho, principalmente nas licenciaturas, da importância da educação Patrimonial nas escolas e como

trabalhar, bem como nos cursos de Museologia, Arquivologia, Biblioteconomia, o que torna os profissionais dessas áreas mais distante da educação patrimonial.

Porém, o IPHAN apenas mostra preocupação de instruir os educadores de como devem trabalhar com educação patrimonial, mas não de qualificar os profissionais que trabalham nas instituições se estão preparados para receber esse público.

A autora Horta (2004,p.02) no *caderno PGM 5 A multiplicação do método, o enfoque interdisciplinar: sugestões e abordagem* chama a atenção da dificuldade de trabalhar patrimônio com nas diversas disciplinas, e ressalta a importância do Enfoque Interdisciplinar, dando sugestões de abordagem, onde cita exemplos de um trabalho interdisciplinar usando a linguagem (não fala disciplina língua portuguesa), a Matemática, as Ciências de forma geral tecnologia, a Arte, Geografia tudo de forma muito superficial, já em relação a História, consegue trabalhar melhor a abordagem.

Exemplifica o que e como O Material Didático de Apoio: as “ Folhas Didáticas” podem ser utilizada, mas não dá orientações de como esses acervos podem e devem ser trabalhados para direcionar sua utilização pelos educadores/educando, nem indica qual profissional é mais qualificado para desenvolver esse trabalho.

De acordo com o IPHAN no texto intitulado **Educação Patrimonial na Escola, nos Princípios (2005)** afirma que deve ser desenvolvida institucionalmente em articulação com o MEC, as Secretarias de Educação dos estados e municípios, escolas estaduais e municipais e universidades bem como na operacionalização entre outras afirmações chama a atenção para:

A necessidade de incentivar o interesse pela pesquisa e investigação [...], incentivar o uso de diferentes linguagens para o desenvolvimento da Educação Patrimonial[...], disponibilizar conhecimentos produzidos sobre o patrimônio existentes no IPHAN, nas Universidades e em outras instituições; [...], proporcionar a capacitação e atualização de professores por meios de cursos, oficinas, encontros,[...], **Inserir a temática da Educação Patrimonial em Cursos Regulares de formação de professores** e de formação continuada em serviço(p1) (grifo nosso).

Não menciona a preparação e qualificação de Museólogos, bibliotecários ou Arquivistas dentro de suas respectivas áreas, para atuar no sentido de desenvolver técnicas para trabalhar direcionando o uso do Patrimônio Cultural como Patrimônio

Educacional como parte do material didático ou pedagógico nas escolas e universidades, uma vez que, cada profissional desse tem um papel importante nesse processo educacional e pontos de vista diferentes.

Os projetos apresentados pelo IPHAN, visam a preparação dos educadores para lidar com a Educação Patrimonial, porém não há propostas para qualificar os profissionais graduados que são responsáveis pelos acervos patrimoniais, uma vez que o projeto de trabalhar educação e cultura nas escolas vem sendo cobrado a participação dos mesmos.

Vale a pena ressaltar que a educação patrimonial só foi adotada a partir do 1º Seminário Sobre o Uso Educacional de Museus e Monumentos, realizado em 1983 pelo Museu Imperial de Petrópolis/RJ, mas só a partir de 2004, o IPHAN tomou a iniciativa de criar métodos e normas estabelecendo a obrigatoriedade da Educação Patrimonial.

Devemos nos lembrar que os profissionais que já estão atuando no mercado de trabalho tanto educadores com museólogos, bibliotecários e arquivistas, desde antes de 2004, não foram preparados para lidar e fazer o esse tipo de ligação entre as escolas e universidades com os patrimônios culturais com o qual trabalham, assim como os diversos cursos de graduação ainda não possui em sua grade curricular disciplinas que preparem esses futuros profissionais a atuar no campo da educação patrimonial.

O Historiador sempre foi muito atuante dentro dos arquivos, seja como pesquisador, seja como o profissional que trabalha no arquivo, e por sua formação sabe fazer o elo entre acervo e educação patrimonial, porém essa mesma formação que facilita essa ligação acaba fazendo com que se aproprie do acervo direcionando quase que exclusivamente para a História, com a presença do profissional arquivista esse quadro deve mudar, pois possui uma postura diferente em relação ao acervo que deve ser de acesso a todos respeitando as normas de sigilo.

Uma solução para suprir essa lacuna seria ofertar como curso de pós-graduação lato sensu em Educação Patrimonial para suprir essa carência dos profissionais e qualificar os já graduados e os que ainda estão se graduando, ter incluído na grade curricular dos cursos para preparar os futuros profissionais que vão entrar nesse mercado de trabalho.

Também cabe ao IPHAN atuar junto ao Ministério da Educação, oferecer cursos através de suas superintendências e fixar convênios com as universidades

para desenvolver projetos com a finalidade de preparar os profissionais para atuar na educação patrimonial desenvolvendo metodologias para suprir os problemas

Além disso, o IPHAN possui um projeto chamado **As Casas do Patrimônio**, criado em 2007 que trata da educação patrimonial nas escolas, trata-se de um projeto pedagógico, de capacitação que visam fomentar e favorecer a construção do conhecimento e a participação social para o aperfeiçoamento da gestão, proteção, salvaguarda, valorização e usufruto do patrimônio cultural.

Desse modo, encontrar meios de levar ao conhecimento da sociedade onde encontrar e como pode ser útil esse patrimônio, busca formas de implementar uma postura educativa através de programas e parcerias com as escolas e educadores.

Do mesmo modo, com a finalidade de despertar a consciência do cidadão em relação de sua responsabilidade de preservar esse patrimônio, e ao mesmo tempo dar a sociedade conhecimento sobre como a mesma se estruturou e se formou, isso é possível através dos documentos arquivísticos que podem e devem ser usados com essa finalidade.

Entretanto, os arquivos ainda não são vistos desta forma pelos projetos apresentados no site do IPHAN, são apenas citados, mas sem grande aprofundamento nem perspectivas, sendo dado ênfase como patrimônio cultural os museus, os monumentos, as manifestações culturais, artesanatos, arquitetura do centro histórico.

No entanto, na reunião de Pirenópolis em 2004 ficou estabelecido entre outros objetivos ser necessário:

- Promover a incorporação de profissionais com formação em educação e outros que se relacionem por afinidade/ou complementaridade;
- Reunir, avaliar e selecionar material teórico disponível, com vistas à sua utilização como suporte para a elaboração de recursos didáticos;
- Documentar a memória de trabalho na área educacional;

Por outro lado, nos arquivos há muito material a ser utilizado na educação patrimonial, porém é necessário que os arquivistas sejam qualificados a dar treinamento, oferecer oficinas de Educação Patrimonial material e imaterial, se familiarizar com as metodologias de ensino patrimonial de acordo com a área de atuação do educador que procura orientação para fazer uso do acervo.

Segundo Renata Fratini (2009, p.04) “a educação patrimonial em arquivos precisa ser mais explorada e assim ganhar mais espaço e se tornar mais frequente nos arquivos brasileiros”.

De acordo ainda com Fratini (2009, p.05), há uma certa resistência em relação à questão da educação patrimonial por parte dos arquivistas brasileiros, o que torna necessário rever conceitos, posturas e trazer para o meio arquivístico essa discussão entre os profissionais da área para identificar os pontos fortes e fracos, e como pode melhorar a atuação dos arquivistas no campo da educação patrimonial.

Para alcançar esses objetivos é necessário, entre outras coisas, reconhecer a educação patrimonial como ação estratégica para atrair não apenas acadêmicos e pesquisadores, mas um público mais geral, o cidadão comum e ao mesmo tempo fazer com que os arquivos sejam inseridos como instituição que faz parte da educação patrimonial assim como museus.

Mas, para essa prática se tornar realidade é necessário que os arquivos se aproximem das escolas e das universidades, desmitificando a ideia de “arquivo morto”, sinônimo de lugar que guarda objetos inúteis e papéis velhos, sem utilidade.

Essa visão pode ser modificada, através das escolas, apresentando aos alunos como um ambiente rico culturalmente, que pode ser indicado pelos professores, que também precisam mudar seu olhar a respeito dos arquivos, que pode ser visto como instrumento didático, um aliado do ensino.

Em relação a isso, no site do IPHAN Horta (2013) fala da importância da Multiplicação do Método-Oficinas de Formação de Professores, onde faz uma Avaliação da Experiência, onde ressalta a importância da Educação Patrimonial para o trabalho pedagógico.

Trata também do Enfoque Interdisciplinar, dando sugestões de abordagem, um trabalho interdisciplinar usando da linguagem que facilite a relação entre as disciplinas Português, a Literatura, a Matemática, a Ciência, a tecnologia, a Arte, Geografia e como a História.

Isso nos leva a Bellotto (2006, p233) que chama a atenção para os arquivos e afirma:

“O arquivo pode oferecer recursos documentais de base não só ao ensino da história política e administrativa, mas várias outras disciplinas das ciências biológicas, exatas, tecnológicas e, evidentemente, sociais, demonstrando suas atividades e concepções

nos tempos idos. Mostrar a um aluno, [...]que arquivos técnicos são altamente didáticos e motivador”

Exemplifica o que e como O Material Didático de Apoio: as “ Folhas Didáticas” podem ser utilizada, mas não das orientações de como esses acervos podem e devem ser trabalhados.

Por outro lado, apenas afirma que suas superintendências do IPHAN presentes nos estados estão capacitadas para dar orientações de como direcionar sua utilização pelos educadores e educando, não indica qual profissional é mais qualificado para desenvolver esse trabalho.

Cabe aos arquivos procurar o auxílio das superintendências para desenvolver projetos de educação patrimonial nos arquivos, fazendo assim com que os mesmos sejam incluídos como instituições capazes de atuar no campo da educação patrimonial tanto nas escolas como nas universidades.

Nos cursos de graduação em Arquivologia há uma preocupação com a gestão dos arquivos, onde o profissional arquivista deve atuar junto aos gestores das instituições mostrando a importância do arquivo para a mesma à qual pertence, organizar de acordo com as normas do CONARQ, respeitar o princípio da proveniência e o sigilo, de trabalhar o acervo documental como patrimônio educacional.

A maioria dos cursos de Arquivologia tem seu direcionamento para a importância da estruturação (identificação, higienização, ordenação, classificação) dos arquivos, aplicação das normas, tudo mais direcionados para os arquivos documentais (papel).

Isso acontece, pois, os cursos são mais direcionados as instituições públicas (também é utilizado por empresas privada, mas mais direcionados para a pública) que se encontram em um caos documental e que precisa ser estruturar os seus arquivos que, como já foi dito, “são arquivo morto”, e necessitam de profissionais capacitados para desenvolver um trabalho de gestão e organização.

Quando se trata de arquivos de suportes diferentes, são abordados, mas não aprofundados, o que contribui para que o profissional arquivista permaneça na condição de guardião, o que fortalece sua resistência em ampliar seu campo de atuação.

Por outro lado, as instituições públicas, na sua grande maioria, ainda não possuem em seu quadro funcional o profissional Arquivista, pois ainda há uma ideia errada de que depósito e arquivo são sinônimos, onde não apenas os “documentos que não servem mais a instituição” são descartados, mas também um lugar para se guardar coisas sem utilidades, e ignoram a lei 8.159/1991.

E em relação aos “profissionais que atuam nos arquivos, ainda há o pensamento de que os mesmos não necessitam de qualificação” para atuar no arquivo, e por isso não julgam que precisão de treinamento, pois ainda há uma visão destorcida de que arquivar documentos é colocar papéis em caixas apenas e muitas vezes ir trabalhar no arquivo é sinônimo de punição.

Apesar da lei nº8.159, de 08 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, as instituições resistem em dar a devida atenção a questão dos arquivos e a necessidade do profissional Arquivista e da sua real importância, até necessitar verdadeiramente dos seus serviços

CONSIDERAÇÕES

Ainda há muito a ser discutido em relação a aplicação da Educação Patrimonial e os Arquivos. A área carece de estudos e a literatura nacional sobre o assunto pode ser ainda muito ampliada por professores, com produções no âmbito da educação; e no âmbito patrimonial, por especialistas nas diversas áreas que tangem o patrimônio histórico-cultural.

Porém é necessária uma maior participação dos arquivistas na produção literária e pesquisas para detectar os maiores problemas enfrentados por esses profissionais a partir do ponto de vista da realidade dos mesmos buscando sempre aperfeiçoar a técnica e o trabalho desenvolvidos nos arquivos.

Torna-se fundamental incorporar ao currículo acadêmico disciplinas que ajude a preparar e adequar a atuação do arquivista dentro do contexto da educação patrimonial, suprimindo a carência de teorias e proporcionando mais base para acompanhar a evolução tecnológica, saber utilizar e aprimorar as técnicas de armazenamento e acesso de documentos digitais ou digitalizados cada vez mais presente no ensino e aprendizagem e no dia a dia do cidadão.

Também é fundamental utilizar a educação patrimonial para auxiliar na preservação do arquivo assim como abrir os arquivos para o público geral, para modificar a concepção predominante que se tem dele e de seus documentos.

A aproximação entre escola e arquivos, a criação de materiais para serem utilizados como material didático, vai ajudar a mudar a visão que a grande maioria da população tem equivocada sobre arquivo, conhecido como “arquivo morto” ou confundindo como sinônimo de depósito tanto pelos cidadãos como pelos servidores/funcionários da instituição/empresa e pela sociedade em geral.

Levando em consideração que existem arquivos de suporte diferentes e não apenas de papel, percebemos que esses documentos uma vez apresentado aos alunos e educadores seria útil como material didático para ensino fundamental onde poderia ser mais aproveitado de forma lúdica, por meio do incentivo a pesquisa para trabalhos escolares, como por exemplo: pesquisar os documentos da fundação da cidade, das obras das primeiras igrejas.

Logo, a partir dessas pesquisas poderiam elaborar apresentações das mesmas através de exposições, fazer trabalhos de arte (pinturas, esculturas), feiras educacionais/culturais como forma de divulgação do resultado da pesquisa.

Mas para haver uma mudança de visão e comportamento em relação aos arquivos torna-se necessário uma mudança de comportamentos dos profissionais Arquivistas, que devem buscar o reconhecimento por parte do ministério da Educação e da Cultura o como detentor de documentação cultural, que deve ser usada como fonte de pesquisa pela educação patrimonial em todos os níveis da educação.

Cabe ao arquivista apresentar projetos junto ao IPHAN e cobrar que sejam incluídos e ouvidos nos próximos encontros para traçar diretrizes de educação patrimonial apresentando propostas e projetos fazendo com que os arquivos sejam incluídos como parte atuante e importante do processo de Educação Patrimonial.

Também é papel dos Arquivistas buscar junto aos seus gestores formas de colocar em prática a aplicação de projetos de Educação Patrimonial com as escolas e universidades locais, bem como formas de viabilizar projetos de digitalização para alcançar um público cada vez maior.

É obrigação dos arquivos, enquanto instituição detentora de patrimônio cultural documental promover a divulgação do seu acervo e de sua área de atuação, com a finalidade de chamar atenção dos educandos e educadores, bem como do cidadão de todos os segmentos da sociedade, aumentando o seu público e cumprindo com o seu papel de divulgador do patrimônio cultural e da necessidade de preservá-lo como memória e ao mesmo tempo como documentos de prova dos direitos individuais e coletivos.

Dessa forma também cumprir com o seu papel na educação patrimonial contribuindo de forma relevante para a democratização da cultura e ao acesso a informação, contribuindo para a incorporação da ideia de preservação e salvaguarda do patrimônio cultural pela sociedade, que é o objetivo principal do IPHAN e dos Ministérios da Educação e da Cultura nesse contexto.

A área da arquivologia que trabalha com educação patrimonial precisa de estudo mais aprofundado e a precisa ser explorada pelos pesquisadores arquivistas.

No âmbito da educação patrimonial, o arquivo contém documentos que são patrimônios culturais que devem ser utilizados como objetos de estudo da educação patrimonial.

Os arquivistas têm de solicitar para o IPHAN que sejam convidados a participar das discussões e planejamentos das metodologias para a aplicação da educação patrimonial junto as escolas e universidades.

Com objetivo de conscientizar o cidadão da importância da preservação dos bens culturais e através da mesma, desenvolver métodos de divulgação dos arquivos e a importância dos mesmos para a sociedade. IPHAN.

REFERÊNCIAS

BELLOTTO, H. L., **Arquivos permanentes**: tratamento documental.4.ed.Rio de Janeiro: Editora FGV,2006.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da república federativa do brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>: acesso em: 18 de mar. 2017

BRASIL. Constituição (1988). Decreto nº4.553, de 27 de dezembro de 2002. **Lei no 8.159, de 8 de Janeiro de 1991**. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.htm>. Acesso em: 02 fev. 2017.

BRASIL. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional Iphan. Ministério da Cultura. **Patrimônio Cultural**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>>. Acesso em: 25 jan. 2017a.

BRASIL. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional Iphan. Ministério da Cultura. **Ações e Projetos**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/585>>. Acesso em: 25 jan. 2017b.

BRASIL. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional Iphan. Ministério da Cultura. **Casas do Patrimônio**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/502>>. Acesso em: 25 jan. 2017c.

BRASIL. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional Iphan. Ministério da Cultura. **Textos e Artigos**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1154>>. Acesso em: 25 jan. 2017d.

BRASIL. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional Iphan. Ministério da Cultura. **Caderno Temático de Educação Patrimonial nº 04**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/caderno_educ_patrimonial_regras-apresentação_artigos.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2017e.

BRASIL. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional Iphan. Ministério da Cultura. **Reunião Técnica de Educação Patrimonial**. 2004. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/documento_final_pirenopolis.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2017f.

BRASIL. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional Iphan. Ministério da Cultura. **Relatório 1º encontro Nacional de Educação Patrimonial,2005**, disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uplods/ckfinder/arquivos/encontro_nacional_de_educ_patrimonial/São_Cristóvão.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2017.

BRASIL. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional Iphan. Ministério da Cultura. **Educação, museu e patrimônio: tensão devoração e adjetivação**. 2004. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>

content/uploads/2012/09/Educa%C3%A7%C3%A3o-Patrimonial-nos-Documents-Patrimoniais-Constitui%C3%A7%C3%A3o-de-1988-e-Planos-de-Salvuarda-Igor-Alexander-Nascimento-de-Souza.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2017h.

FRATINI, R. **Educação patrimonial em arquivos**. Histórica- Revista eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo. São Paulo, n34,2009.

GRUNBERG, E., **Manual de atividades práticas de educação patrimonial** _ Brasília, DF: IPHAN, 2007.

HORTA, M.L.P.; GRUNBERG, E; MONTEIRO, A.Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, MuseuImperial,1999.

KOYAMA, A.C., **Educação patrimonial em arquivos hoje; algumas propostas veiculadas na Internet**, ANPUH/SP-USP, São Paulo,2008.

PARRELA, I.D.; Educação Patrimonial nos arquivos brasileiros: algumas experiências e perspectivas de uso da metodologia, **Ci.Inf.**, Brasília, DF, v.41 nº1, jan./abr.2013

SILVA, F.A.; VIEIRA J.A., Educação Patrimonial em Arquivo: uma iniciativa no departamento de arquivo e documentação da Casa Oswaldo Cruz/Fiocruz, **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, 2014.

SOUZA, I. A. N. Educação patrimonial nos documentos patrimoniais: constituição de 1988 e planos de salvuarda. IN: Encontro de estudos multidisciplinares de cultura, VII., 2011. Salvador/BA. **Anais...** Salvador/BA. Disponível em: <
<http://casadopatrimoniojp.com/wp->

TOLENTINO, A.B., organização, **Educação patrimonial: diálogos entre museu e cidade**/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); João Pessoa: Iphan, 2014.